

Almir Pazzianotto Pinto
Ex-Ministro do Trabalho e
Ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

O FUTURO DO TRABALHO



Legal e Regulatória

São Paulo

2006

Copyright © 2006

COORDENADORA
Yone Silva Pontes

ASSESSORIA GRÁFICA
Linotec

REVISÃO
J. Franzin

ILUSTRAÇÃO DE CAPA
Patrícia Filgueira

FOTOS DA CAPA
Acervo pessoal da família Torrezani

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Graphic Express



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pinto, Almir Pazzianotto
O futuro do trabalho / Almir Pazzianotto Pinto. --
São Paulo : Lex Editora, 2006.

Bibliografia.
ISBN 85-87364-76-6

1. Capitalismo - Aspectos sociais 2. Desemprego
3. Economia mundial 4. Mercado de trabalho
5. Trabalho - Leis e legislação 6. Trabalho e classes
trabalhadoras I. Título.

06-3798

CDD-331

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia do trabalho 331
2. Globalização econômica e trabalho : Economia
331
3. Política trabalhista : Economia 331
4. Trabalho e trabalhadores : Economia 331

2006

Proibida a reprodução total ou
parcial. Os infratores serão
processados na forma da lei.

LEX EDITORA S.A.

Rua da Consolação, 77 – 9º andar – CEP – 01301-000 – São Paulo-SP

Tel.: 11 2126 6000 – Fax: 11 2126 6001

lex@lex.com.br — www.lex.com.br

DEDICATÓRIA

*Dedico aos netos
Maria Eduarda e Alexandre Augusto,
com todo amor e ilimitado carinho.*

“A grande maioria das nações em desenvolvimento encontra-se hoje em crise econômica, embora não necessariamente por estar agindo de maneira errada. Pode-se dizer que estão agindo de maneira correta e adequada a épocas passadas.” (Arando o Mar – Michael Fairbanks & Stace Lindsay.)

“No mundo em desenvolvimento a primeira prioridade será criar empregos para as grandes massas de jovens. Ela terá que preceder o orgulho nacionalista e as convicções, os slogans, os sentimentos e os ressentimentos tradicionais. Pois trata-se de uma questão de sobrevivência, e a sobrevivência é prioritária.” (Administração em Tempos Turbulentos – Peter Drucker.)

“... o trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem.” (Carta Encíclica Laborem Exercens – Papa João Paulo II.)

Introdução	11
O Futuro do Trabalho	13
Estrutura Sindical	
Reforma da Estrutura Sindical	31
Contribuições Sindicais Compulsórias	33
A Reforma Sindical	36
Ditadura Sindical	38
Reformas Adiadas	40
A Extinção dos Dissídios	42
A Contra-Reforma Sindical	44
A Temível Contra-Reforma	47
Sindicalismo Arcaico	49
Representação nos Locais de Trabalho	51
Liberdade Sindical	53
A Face Oculta da Contra-Reforma	56
O Novo Imposto Sindical	58
O Impasse Sindical	60
Declínio do Movimento Sindical	62
Reforma Sindical	64
O Velho Imposto Sindical	65
A Polêmica Contra-Reforma	67
Legislação do Trabalho	
A Boa-Fé nas Relações de Trabalho	71
Leis que não Pegam	73
Fórum Nacional do Trabalho	75
A Velha Carteira de Trabalho	78

Greve em Serviços Públicos	80
Recursos Humanos e Reforma Trabalhista	82
Boa-fé e Contrato de Trabalho	84
Tecnologia e Desemprego	86
O Código Civil e a CLT	88
Trabalho Infantil	89
Revisão do Salário Mínimo	91
Reflexões sobre a Greve	94
Arbitragem de Conflitos Trabalhistas	95
Flanelinhas: a Lei e o Surrealismo	97
Sucessão de Empresas	100
Tecnologia e Desemprego	101
Problemas da Reforma Trabalhista	103
Projetos Perigosos	105
Liberdade de Trabalho	107
Unificação Processual	109
Atestado de Pobreza	111
A Força da Terceirização	113

O Presidente e o Movimento Sindical

Sobre a Intolerância	117
Lula e a Reforma Sindical	119
O Brasil, o Presidente e as Reformas	121
A Violência do Poder	123
O Presidente e a Reforma Sindical	125
Fome Zero	127
De Vargas a Bargas	129
Transgressão Positiva	131
Sindicato Partido Governo	133
A Crise do PT	135
Balanco Final	137
Aversão ao Trabalho	139
Ilusões Desfeitas	141
Emprego e Renda	143

A Convenção nº 87

A Convenção nº 87 da OIT	147
Convenção nº 87	149

Reforma do Poder Judiciário

Morosidade Processual	155
Reforma do Poder Judiciário	157
Agonia e Morte da Pessoa Jurídica	159
A Emenda nº 45 e a Greve	161
Desagregação da Pessoa Jurídica	163
Penhora <i>On-Line</i>	165
Emenda Constitucional nº 45	167
A Emenda nº 45 e a Reforma do Judiciário	169
A Emenda nº 45 e o Poder Normativo	171
A Nova Justiça do Trabalho	173

A Fragilidade Constitucional

A Constituição Inacabada	177
A Trombeta de Gedeão	179
A Crise Constitucional	181
A Instabilidade Normativa	194

Supremo Tribunal Federal

Contribuição Confederativa	197
O STF e o Mercado de Trabalho	199
O STF e a Substituição Processual	201

Apêndice	205
-----------------------	-----

INTRODUÇÃO

Este livro, onde estão reunidos artigos publicados e outros que não o foram, resulta de preocupação com o futuro do mundo do trabalho, em particular do trabalho em regime de emprego, tal como se encontra disciplinado na legislação brasileira.

O problema não é exclusivamente nosso, mas comum a todos os 6,5 bilhões de habitantes deste pequeno planeta, população que permanece em contínuo e acelerado crescimento. Da mais remota aldeia do Benin ou de São Tomé e Príncipe, às grandes capitais cosmopolitas, o ser humano busca ocupar-se, de forma contínua e permanente, com alguma atividade produtiva, ainda que voltada à mera subsistência.

O Brasil optou por minucioso modelo de regulamentação do trabalho assalariado, sensibilizado pela idéia da proteção ao hipossuficiente. Ao lado da legislação trabalhista, implantou estrutura sindical, cuja inspiração foi buscar na Carta del Lavoro, imposta à Itália fascista, em abril de 1927, por Benito Mussolini.

Os trabalhos aqui reunidos tentam convencer que o Brasil, neste início do século XXI, guarda escassas semelhanças com o País agrário, de reduzida população, com incipiente base industrial, e governado autoritariamente, que forneceu elementos para a elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho.

Tenta demonstrar, aos mais desinteressados e céticos, a urgente necessidade de se rever a legislação trabalhista e de se democratizar a estrutura sindical, sob pena de naufragarmos em crise social de dimensões incalculáveis, provocada pela falta de oportunidade de trabalho, para milhões de jovens e adultos.

Desde a década de 40, quando a população era de 41,2 milhões de habitantes e predominavam as lidas rurais, aos dias de hoje, tudo

mudou, salvo a parte nuclear da legislação trabalhista, cuja única alteração de monta, e certamente positiva, decorreu a instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em 1967.

O desaparecimento da bipolaridade – Estados Unidos da América e União Soviética – a globalização, a informatização e o crescimento vertiginoso da população, que no Brasil se aproxima rapidamente de 190 milhões, exigem o reexame, com honestidade intelectual e competência legislativa, do universo das relações de trabalho.

No plano externo, a Organização Internacional do Trabalho cumpre magnífico papel, desde a fundação em 1917, fixando, mediante convenções ajustadas pelo sistema tripartite, os grandes princípios que devem reger as relações de produção. São apenas quatro:

- a) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- b) eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- c) abolição do trabalho infantil; e
- d) eliminação de discriminações em matéria de emprego e ocupação.

O nosso País tem revelado vigoroso empenho no combate ao trabalho forçado ou obrigatório, na abolição do trabalho infantil e na eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação. O governo, porém, em posição contrária àquela que adotam a maioria dos trabalhadores e dos empresários, insiste em conservar a estrutura sindical baseada no monopólio de representação por categorias profissionais e econômicas, e preservar as várias modalidades de contribuições sindicais obrigatórias, impostas aos não-associados.

Os projetos que apresenta voltam-se à defesa dos interesses dos sindicalistas, e não dos trabalhadores, como facilmente se extrai do exame detalhado e desapaixonado dos respectivos textos.

Este livro pretende ser resultado de mais de 40 anos de atividades ligadas à área do trabalho. Espero que não se constitua em mais uma obra desnecessária e inútil. O tempo dirá.

O autor.

PREVISÕES SOMBRIAS

A crise que assolou o mundo do trabalho, nos anos 90, gerou especulações acerca do desaparecimento do mais eficaz instrumento de civilização da humanidade: o trabalho.

Willian Bridges tratou do assunto em *Um Mundo Sem Empregos*.¹ Jeremy Rifkin discorreu sobre *O Fim dos Empregos*² e Viviane Forrester abordou o tema em *O Horror Econômico*.³ Na primeira página de seu livro, Bridges registra: “Enquanto escrevo este prefácio, o jornal da manhã traz mais um caso de novas ‘perdas de empregos’ – na verdade, diversos casos. Dizem-nos que a recessão já acabou há muito tempo, mas a porcentagem da força de trabalho que está ‘desempregada’ não caiu da maneira como aconteceu ao final das recessões anteriores”. Rifkin, a sua vez, informa: “Após anos de previsões otimistas e alarmes falsos, as novas tecnologias de informática e de comunicações estão finalmente causando seu impacto, há tanto tempo prognosticado, no mercado de trabalho e na economia, lançando a comunidade mundial nas garras de uma terceira grande revolução industrial. Milhões de trabalhadores já foram definitivamente eliminados do processo econômico; funções e categorias de trabalho inteiras já foram reduzidas, reestruturadas ou desapareceram. A Era da Informação chegou. Nos próximos anos, novas e mais sofisticadas tecnologias de *software* aproximarão cada vez mais a civilização de um mundo praticamente sem trabalhadores”. Viviane Forrester, em tom dramático, adverte: “Vivemos em meio a um engodo magistral, um mundo desaparecido que teimamos em não

¹ BRIDGES, William. *Um Mundo Sem Empregos – Os Desafios da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Makron Books, 1995.

² RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos – O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

³ FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

reconhecer como tal e que certas políticas artificiais pretendem perpetuar. Milhões de destinos são destruídos, aniquilados por esse anacronismo causado por estratégias renitentes, destinados a apresentar como imperecível nosso mais sagrado tabu: o trabalho”.

Em posição extrema vamos encontrar Domenico De Masi, autor do conhecida obra *O Futuro do Trabalho – Fadiga e Ócio na Sociedade Contemporânea*, no qual, após elementares contas de horas trabalhadas e de tempo livre na vida do homem comum, trata o trabalhador como alguém “prisioneiro do atavismo profissional”, que “descuida de si mesmo e dos cuidados que precisa, sacrifica tudo ao sucesso e não pára nunca um instante para fazer esses cálculos simples, com medo de admitir que o trabalho, cada vez mais residual na perspectiva cronológica se torne também residual na perspectiva existencial”. Para De Masi o trabalho não passa de “um vício recente”.⁴

Perguntas sobre o futuro do mundo do trabalho começaram a ser feitas desde a invenção das primeiras máquinas à vapor, quando os primeiros representantes da jovem classe operária, ou proletária, manifestaram, muitas vezes de maneira violenta, o receio de ficarem sem emprego e sem salários. Vale recordar o que escreveram, sobre “automação e cibernetização” Herman Kahn e Anthony J. Wiener, no célebre livro *O Ano 2000*, escrito no já distante ano de 1967. O trecho é longo, mas a transcrição se impõe pela atualidade:

“Nos primórdios desse processo do uso de mecanização e automação complexas ocorreu o uso das chamadas técnicas cibernéticas. Num sistema cibernético, há um meio de examinar a produção do sistema, de compará-la com a norma desejada, e, depois, usar essa diferença para acionar algum mecanismo de controle que tenta ajustar o sistema à norma desejada. Um termostato, numa casa, ou um regulador, num motor, são exemplos típicos de sistemas cibernéticos. Donald Michael cunhou a palavra ‘cibernetização’ para descrever a situação em que o computador é usado para cibernetizar algum sistema automático, de

⁴ *O Futuro do Trabalho – Fadiga e Ócio na Sociedade Contemporânea*. Brasília: Editora UNB – José Olympio Editora, 1999.